

*Nos canteiros de obras
do Recife oitocentista:
sobrevivências corporativas, experiências
associativas e coesão de classe*



DEBRET, Jean Baptiste. Sapatarias (detalhe).

Marcelo Mac Cord

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Centro Universitário ABEU (Uniabeu), do Rio de Janeiro. Pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do Rio de Janeiro. Autor do livro *O Rosário de D. Antonio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: Editora Universitária da UFPE/Fapesp, 2005. mmcord@uol.com.br

Nos canteiros de obras do Recife oitocentista: sobrevivências corporativas, experiências associativas e coesão de classe

Marcelo Mac Cord

RESUMO

No Brasil, a Constituição de 1824 extinguiu as corporações de ofício. Apesar da determinação legal, muitos costumes corporativos sobreviveram no Recife oitocentista. Valores como trabalho bem feito, honra, treinamento, perícia e inteligência continuaram a ser cultivados pelos mestres de ofício daquela cidade. Para escapar dos estigmas da escravidão e do “defeito mecânico”, um grupo de artífices de pele escura criou uma associação que lhes proporcionaria o desejado aperfeiçoamento artístico e socorros mútuos. Além de suprir necessidades cotidianas, a nova entidade também visava o reconhecimento dos talentos e virtudes de seus membros. Adotando um discurso “modernizador”, esses artífices especializados conseguiram transformar sua associação em um importante agente político e pedagógico, bem como controlar alguns setores do mercado da construção civil no Recife, garantir importantes conquistas pessoais e ascender socialmente. Este artigo discute o processo de formação dessa entidade.

PALAVRAS-CHAVE: mutualismo; Liceu de Artes e Ofícios – Recife (PE); ensino profissional.

ABSTRACT

In Brazil, the 1824 Constitution extinguished the artisans corporations. Despite the legal determination, many corporative uses survived in Recife during the eighteenth century. Values such as a well done work, honor, training, verification and intelligence continued to fill the imagination of the masters of arts of that city. In order to separate themselves from slavery and from the “mechanical defect”, a group of black skin artisans created an association to help them to improve their art and mutual help. Besides covering daily needs, the new entity also wanted recognition for their talent and virtues. Adopting a “modernizing” speech, those specialized artisans transformed their association into an important political and pedagogical agent, get control over sectors of building market in Recife, important personal conquests and social mobility. This article discusses the trial of formation of that entity.

KEYWORDS: mutualism; Liceu de Artes e Ofícios – Recife (PE); professional education.

¹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de (org.), *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*. Volume I. Recife: Diário de Pernambuco, 1975, pp. 329-336. “Resumo Histórico da Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes”. *Revista do Lyceu de Artes e Officios*. Pernambuco: /s.e./, 1928, pp. 5-8. COSTA, Francisco A. Pereira da. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*. Recife: Typographia d’A Província, 1891. COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos: 1834-1850*. Recife, FUNDARPE, 1985, pp. 249-253.



A memória e os memorialistas pernambucanos afirmam que José Vicente Ferreira Barros idealizou uma associação de artífices em 1836. Seu escopo seria a promoção de auxílio-mútuo e o aperfeiçoamento profissional dos sócios. Homem de origem simples, de cor preta, ele era um pernambucano livre que exerceu o ofício de carpina¹, um dos ramos da carpintaria

que se ocupa especificamente “dos trabalhos de madeira das construções civis”². Nos canteiros de obras do Recife, entre outros serviços, poderíamos encontrar estes profissionais consertando tesouras, refazendo coberturas, substituindo caibros e construindo portas. Lançada a proposta inicial, o idealizador encontrou eco imediato para suas pretensões. Outros nove indivíduos foram seduzidos e arrematados por Ferreira Barros. Todos eles também eram homens de cor, livres e exerciam aquele mesmo ofício³. Juntos, eles tocaram o projeto de criação do empreendimento artístico.

A identidade social entre os pioneiros é evidente. Podemos afirmar que existiu um padrão bem demarcado no período de montagem da entidade artística. Ela estava se organizando a partir de perfis étnicos, jurídicos e profissionais muito específicos. O Quadro 1, construído a partir do Livro de Matrículas da associação, permite que confirmemos e aprofundemos ainda mais as semelhanças entre os dez carpinas. O códice é de 1841, ano em que o empreendimento dos carpinas foi reconhecido oficialmente pelas autoridades pernambucanas. Antes da chancela de seu primeiro Estatuto, todas as atividades do grupo eram informais. Isto talvez tenha prejudicado sua escrituração entre os anos de 1836 e 1841.

Quadro 1. Os sócios pioneiros em 1841

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Estado</i>	<i>Naturalidade</i>	<i>Moradia</i>
Antonio Baptista Clemente	58	Pardo	Casado	Pernambuco	R. da Roda
Bernardo Henriques	56	Preto	Casado	Pernambuco	R. da Guia
Eleutério Pereira da Silva	32	Pardo	Casado	Pernambuco	R. da Roda
Francisco da Cunha dos Prazeres	51	Preto	Casado	Pernambuco	Pocinho
Francisco Martins dos Anjos Paula	42	Pardo	Casado	Pernambuco	R. do Carmo
Isidoro Santa Clara	52	Pardo	Viúvo	Pernambuco	R. do Padre
João Romão de Moura	51	Pardo	Casado	Pernambuco	R. da Roda
José Vicente Ferreira Barros	63	Preto	Casado	Pernambuco	R. da Assunção
Manoel Gomes de Oliveira	48	Pardo	Casado	Pernambuco	—
Timoteo da Silva	59	Preto	Casado	Pernambuco	R. do Rosário

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4, 12, 13, 20, 21, 36, 37, 44, 45, 68, 69, 76, 77, 92 e 93. COSTA, Francisco A. Pereira da. *Homenagem à Benemerita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 6-7.

Primeiramente, analisemos a questão das idades dos carpinas que fundaram a Sociedade. Considerando seus prováveis tempos de vida em 1836, a média etária é de 46,2 anos. Do quantitativo total, 40% dos pioneiros tinham mais de 50 anos no período em quadro. A mesma percentagem é encontrada entre os que contavam com mais de 40. Dividindo-os pela cor, os pretos computavam a média de 52,25 anos, enquanto os pardos alcan-

² COSTA, Francisco A. Pereira da. *Vocabulário Pernambucano*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1976, p. 213.

³ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de (org.), *op. cit.*, pp. 329-336. “Resumo Histórico da Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes”, *op. cit.*, pp. 5-8. COSTA, Francisco A. Pereira da. *Homenagem à Benemerita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 249-253.

⁴ KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 157.

⁵ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Trabalho, Negócios e Escravidão: artífices na cidade do Rio de Janeiro, 1790-1808*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 122.

⁶ MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices de Pernambuco*. Mimeo, p. 93.

⁷ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1849-1852, fl. 56v.

⁸ HOBBSAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 372.

⁹ MAC CORD, Marcelo. Os Ferreira Barros: uma família de artífices “de cor” nas searas da mobilidade social, Recife, século XIX. Mimeo.

¹⁰ MACHADO, Lourival Gomes. Arquitetura e Artes Plásticas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: a Época Colonial*. Tomo 1. Volume 2. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1993. FREYRE, Gilberto. *Um Engenheiro Francês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940. MENEZES, José Luiz Mota. A presença de negros e pardos na arte pernambucana. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, n. 61, 2005. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 606.

¹¹ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 30 e 130.

¹² No Recife, a especificidade das referências étnicas foi flagrante no oitocentos. O Rei do Congo D. Antônio de Oliveira Guimarães era um homem livre, mas foi muitas vezes referido como africano. Sua cor também era manipulada de acordo com as conveniências sociais. MAC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: FAPESP/Editora Universitária UFPE, 2005.

¹³ Apoio minha afirmativa nas perspectivas de Hebe Mattos e Eduardo Silva. Os autores indicam que os forros conquis-

çavam 42,17. Eles são homens de pele escura longevos, considerando-se os padrões demográficos brasileiros do século XIX. Comparativamente, no Rio de Janeiro oitocentista, os poucos escravos que conseguiram chegar a idades entre 40 e 50 anos foram considerados homens “velhos”⁴. A boa expectativa de vida dos dez carpinas é um dado ainda mais interessante quando constatamos que eles labutaram no pesado ramo das edificações. No transcorrer de suas existências, os trabalhadores dos canteiros de obras ficavam expostos às intempéries por longas jornadas e ainda conheciam difíceis condições de trabalho.

Como todos os trabalhadores arrolados na tabulação eram mestres de ofício, suas idades avançadas indicam que passaram por longo processo de aprendizado e prática da carpina. O trabalho dos mestres era caracterizado muito mais pelo controle que exerciam sobre seus oficiais, aprendizes, serventes e escravos, do que pela mão na massa⁵. Bernardo Henriques, por exemplo, foi mestre carpina reconhecido no Recife. Algumas obras da Igreja do Corpo Santo foram por ele realizadas nos anos de 1822 e 1839/40. Neste período, ele coordenou os trabalhos na clarabóia do teto do Templo. Naquele outro, sua perícia foi utilizada no coreto e nas estantes que se encontravam no mesmo edifício⁶. Outro pioneiro que merece menção é Francisco Martins dos Anjos Paula. Em 1850, ele foi fiador de Jacob Martins da Paixão na arrematação de um dos lanços do muro do cemitério público⁷. Ser fiador de obra pública requeria o acúmulo de algum cabedal, coisa pouco provável para algum artífice com pouca experiência e baixa remuneração no mercado.

A questão familiar também confirma o provável alto grau de especialização dos demais carpinas. O fato de todos eles serem homens casados nos permite pensar em outras características da maestria. Tomemos como comparativo os estudos de Eric. J. Hobsbawm. O autor afirma que as elites artesãs da Londres oitocentista, conhecidas como “aristocracia do trabalho”, vivenciaram fortes noções de direito familiar. As práticas de ensino e monopólio dos ofícios estiveram entre elas. Segundo o historiador, havia a perspectiva de hereditariedade na concepção de trabalho daquelas personagens que dominavam a maestria⁸. Confirmando esta tendência, José Vicente Ferreira Barros direcionou três de seus filhos ao mais alto grau de especialização em ofícios ligado à madeira. Ele ainda os tornou membros da associação na década de 1840⁹.

Articular as questões da cor, da liberdade e da naturalidade também é algo fundamental para desenharmos o perfil dos primeiros membros da nascente entidade artística. Vimos que todos os dez carpinas foram referidos nas fontes como sendo pretos e pardos. A historiografia tradicional destacou a grande presença de mestiços nas artes mecânicas do país¹⁰. Sobre os pretos, é muito significativo o fato de que 40% dos pioneiros fossem definidos desta forma. No Sudeste brasileiro, o termo “preto” era considerado sinônimo de escravo. Nessa região, na primeira metade do oitocentos, esta ainda era uma referência que designava basicamente os africanos¹¹. Ao cotejarmos este caso com o recifense, o uso da categoria contraria tal tendência. Todos os pioneiros que foram definidos como pretos eram homens livres e naturais de Pernambuco¹².

Podemos conjecturar que os pioneiros referidos como pretos e pernambucanos pudessem ter sido escravos um dia. Contudo, mesmo que eles tivessem experimentado o cativo em algum momento de suas vi-

das, acredito que esta condição provavelmente havia se passado há algum tempo¹³. Fossem alguns dos pioneiros realmente africanos ou ex-escravos, nada disto importava para eles. Esta perspectiva se reforça ao verificarmos o Estatuto de 1841. Segundo a letra do documento, a matrícula na associação era franqueada somente ao elemento nacional e livre¹⁴. Era desta forma que os dez carpinas se auto-referiam e queriam ser socialmente reconhecidos. Ser livre e brasileiro marcava uma posição fundamental na luta pela proteção e/ou conquista do mercado de edificações. Os europeus eram competidores diretos dos pioneiros em finais da década de 1830. Muitos portugueses eram grandes empreiteiros e donos de um número considerável de escravos. Neste período também os alemães trabalhavam nos “melhoramentos materiais” do Recife¹⁵.

As obras haviam sido iniciadas em 1830 “sob a chefia do engenheiro alemão J. Bloem”¹⁶. Em 1837, o governo conservador do Barão da Boa Vista acelerou e deu maior visibilidade àquelas “modernizações”. Neste ano se iniciava a política de “reorganização e do futuro” da Província. É desta época a montagem da Repartição de Obras Públicas. No bojo deste processo, o Executivo tomou duas decisões pontuais. A primeira delas foi arregimentar uma Companhia de Operários na Europa. Ela desembarcou no porto do Recife em 1839, contando com 195 artífices. Além de labutarem nos “melhoramentos materiais”, eles deveriam treinar e “moralizar” a mão-de-obra local¹⁷. A outra decisão do Presidente da Província, tomada em 1840, foi contratar o engenheiro francês Louis Léger Vauthier para conduzir as obras¹⁸.

Aproveitando o gancho dos “melhoramentos materiais” da cidade do Recife, podemos explorar as relações de vizinhança entre aqueles que elaboraram a associação de artífices. Quando os endereços dos sócios foram registrados no Livro de Matrículas, o Recife tinha três freguesias centrais. Apesar de estarem situadas em acanhado espaço urbano, a movimentação humana era intensa. São Frei Pedro Gonçalves era zona portuária localizada ao final do istmo que partia de Olinda. Santo Antonio era área insular e comercial. Boa Vista estava localizada no continente e tinha caráter mais residencial¹⁹. As pontes uniam as três freguesias. Excetuando Manoel Gomes de Oliveira, sem endereço discriminado, todos os carpinas residiam nestas freguesias. Sete dos precursores habitavam a localidade de Santo Antonio, sendo que três deles viveram na mesma rua.

O que foi analisado e discutido até aqui possibilitou que conhecêssemos algumas características dos homens que se reuniram a partir de 1836. Resumidamente, todos eles eram artistas mecânicos especializados no ofício de carpina, tinham a pele escura e eram homens livres. Além disto, suas residências eram bastante próximas umas das outras. Ainda vale destacar que algumas de suas famílias provavelmente vivenciaram formas de controle profissional por causa da mestrança dos patriarcas. Como podemos notar, existiram diversos pontos de identificação entre os pioneiros. Não foi coincidência tamanha familiaridade. A idéia de constituir uma associação permitiu que eles reforçassem antigos laços comuns e reelaborassem um repertório cultural há muito tempo consolidado e compartilhado por eles na cidade do Recife²⁰. Neste sentido, além do idealizador da associação, as fontes disponíveis permitem que identifiquemos mais cinco carpinas matriculados na Irmandade de São José do Ribamar.

Com data precisa de entrada na confraria, encontramos dois artistas

tavam seus sobrenomes a partir de um tenso processo de reconhecimento social. Neste sentido, era muito difícil encontrar recém-libertos com sobrenomes. MATTOS, Hebe Maria, *op. cit.*, p. 333. SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 203. Do ponto-de-vista historiográfico, encontramos trabalhos que abrem outros campos interpretativos para a relação entre alforria e sobrenomes. Jean Hebrard afirma que muitos recém-libertos imediatamente assumiam sobrenomes, por conta da necessidade de sua inserção em sociabilidades mais complexas. HEBRARD, Jean. *Esclavage et Dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle*. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 53/54, 2003.

¹⁴ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 12.

¹⁵ No Rio de Janeiro da década de 1830, por exemplo, também existiu uma forte oposição entre os mulatos e os europeus na substituição das “tropas estrangeiras por forças militares nacionalizadas”. LIMA, Ivana Stolze. *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 70.

¹⁶ MARSON, Izabel Andrade. O Engenheiro Vauthier e a Modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do Progresso. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994, p. 36.

¹⁷ AULER, Guilherme. *A Companhia de Operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1959, pp. 37, 77-78.

¹⁸ VAUTHIER, Louis Léger. *Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier, 1840-1846*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940. FREYRE, Gilberto. *Um Engenheiro Francês no Brasil*.

¹⁹ SILVA, Leonardo Dantas da. *Recife: uma história de quatro séculos*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1975. PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1978. ARQUIVO Público Estadual de Pernambuco (org.). *Um Tempo do Recife*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1978.

²⁰ A reelaboração do repertório corporativo pelas mutualistas foi muito bem analisada no caso francês. SEWELL Jr, William H. *Work & Revolution in France: the language of labor from the Old Regime to 1848*. New York: Cambridge University Press, 1982.

²¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 64v.

²² *Idem*, fl. 50.

²³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas, 1786-1854. Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 50.

²⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas, 1786-1854.

²⁵ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

²⁶ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 117P, maço Religião.

²⁷ GUERRA, Flávio. *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*. Recife: Fundação Guararapes, 1970, p. 79. MELLO, José Antônio Gonçalves de (coord.). *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*. Recife: IPHAN, 1975, datil. COSTA, Francisco A. Pereira da, *Anais Pernambucanos: 1740-1794*. Recife: FUNDARPE, 1985. LEÓN, Fernando Ponce de. *A Igreja da Irmandade do Patriarca São José*. Recife: IPHAN, 2004. Mimeo.

²⁸ LANGHANS, Franz-Paul. *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: subsídios para sua história*. Volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943, p. XLI. CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*. São Paulo/Brasília, Editora Unesp/FLACSO, 2005, p. 42. FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais Mecânicos na Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador, 1974, p. 44.

mecânicos. O primeiro deles é Manoel Gomes de Oliveira, registrado em seus livros no ano de 1814²¹. O outro é Isidoro Santa Clara, que assentou como irmão em 1816²². Na documentação da Irmandade de São José do Ribamar, este membro ainda foi encontrado ocupando os cargos de Tesoureiro e Definidor. Observamos sua presença em administrações das décadas de 1830 e 1840²³. Os outros quatro carpinteiros, que não consegui precisar o ano de matrícula, também surgiram nas fontes ocupando cargos na vida administrativa da confraria. No ano de 1838, Francisco Cunha dos Prazeres foi seu Tesoureiro²⁴. Na década de 1840, temos o próprio idealizador, José Vicente Ferreira Barros, e Francisco Martins dos Anjos Paula surgindo como Procuradores Parciais ou Definidores²⁵. Em mesmo período, sabemos que Antonio Baptista Clemente ocupou a importante função de Procurador Geral²⁶.

Algumas pesquisas apontam que a Irmandade de São José do Ribamar foi erigida em princípios do século XVIII na Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso. Neste Templo, a confraria ocupou um dos altares colaterais. Seu primeiro Compromisso foi aprovado pelas autoridades reais em 1735 e vigorou até o ano de 1770, quando foi substituído por outro. Seus principais irmãos foram os profissionais da madeira²⁷. E não poderia ser diferente. Nas Sagradas Escrituras, São José é referido como carpinteiro. Por este motivo, a devoção destes profissionais ao Patriarca foi muito recorrente no mundo atlântico português. Entre outras localidades do Império, encontramos irmandades semelhantes à do Recife em cidades como Lisboa, Rio de Janeiro e Salvador²⁸.

Além dos representantes da carpintaria, a confraria recifense foi um espaço devocional que também congregou marceneiros e tanoeiros. Ambos os ofícios, assim como a carpintaria, lidavam cotidianamente com a mesma matéria-prima. Os pedreiros completaram seus quadros e participavam da associação desde seu início. No século XVIII, os principais cargos da Mesa Regedora deveriam ser preenchidos pelos mais qualificados peritos dos quatro ofícios fundadores. Os mestres eram os protagonistas da Irmandade de São José do Ribamar e os oficiais ocupavam espaços sociais mais restritos. Apesar de a confraria possuir forte perfil masculino, por causa de sua marca profissional, isto não significou que as mulheres estivessem de fora de seu Livro de Matrículas. Finalmente, escravos ligados àqueles quatro ofícios puderam pertencer aos quadros da associação religiosa. Contudo, as funções de monta na Mesa Regedora lhes eram vetadas²⁹.

O Templo dedicado ao Patriarca São José, sede própria daquela Irmandade recifense, começou a ser construído quase vinte anos depois da aprovação de seu primeiro Compromisso. Segundo o pesquisador Fernando Ponce de León, no arco-cruzeiro de sua Capela-mor encontramos a inscrição que periodiza o começo e o término das principais obras de construção. Nele, temos gravados os anos de 1752 e 1778. Neste ano foram concluídas a cabeceira da Nave da Igreja e o espaço antecedente ao da sua Capela-Mor³⁰. O mesmo autor ainda esclarece que foi a toponímia da cidade que compôs o nome da Igreja e da Irmandade de São José. O prédio que comportava a devoção da confraria ficava a “ribamar do flanco sudeste da ilha de Santo Antonio”³¹, ou seja, na região que beirava o mar³².

Frente às hierarquias confraternais do Recife, a construção da Igreja de São José do Ribamar foi um importante símbolo de distinção e identidade para os membros da Irmandade dedicada ao respectivo orago. Na

Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, eles sempre tinham que se subordinar às ordens de outrem. Com o novo Templo, de sua propriedade, a confraria dos carpinteiros, pedreiros, tanoeiros e marceneiros passou a ter mais autonomia. A importância desta independência se tornou bastante evidente quando a localidade onde ficava a Igreja, São José, foi promovida à categoria de freguesia, em 1844³³. Neste momento da história social do Recife, uma matriz deveria ser escolhida pelas autoridades locais. Ela sediaria os ofícios religiosos e eleitorais da nova subdivisão eclesiástica. Por causa de sua centralidade, o templo escolhido pelos mandatários pernambucanos acabou sendo aquele construído e protegido pelos profissionais da madeira.

Além desta escolha oficial, foi determinado pelas autoridades locais que a Irmandade do Santíssimo Sacramento para lá se transferisse com suas alfaias. Sendo esta uma confraria de “homens bons”, seus irmãos relutaram contra sua necessária subordinação à Irmandade dona do Templo. Não será difícil deduzirmos que uma das principais motivações para o desconforto fosse a “inferioridade” social dos anfitriões. Os artífices especializados, por mais que não exercessem o “vil” trabalho manual, carregavam o estigma do “defeito mecânico”³⁴. Além disto, para incrementar o drama representado no Templo, muitos dos artífices matriculados eram homens de pele escura, fossem escravos ou não. Aos 13 de março de 1845, por conta dos desgastes cotidianos, a Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar foi até a Comissão de Negócios Eclesiásticos da Assembléia Legislativa Provincial.

A petição endereçada àqueles encarregados legislativos sublinhava que a criação da Matriz de São José não envolvia “a idéia de ser a suplicante privada do direito de propriedade” sobre o Templo³⁵. Afinal, segundo os *Autos do Patrimônio dado pelo Reverendo Escrivão da Câmara Episcopal*, anexo àquele requerimento, a construção da Igreja foi uma pia mercê concedida aos confrades em 26 de junho de 1752. Indignados com as pretensões da congênere composta por “homens bons”, afirmavam que “a Irmandade de São José, composta quase toda de Artistas, com o trabalho de seus braços e sacrifício de suas economias edificou aquele Templo desde remota época para dedicá-lo, como de fato o fez, ao Culto Divino do Patriarca S. José”³⁶. Portanto, não poderiam aceitar que no altar-mor de sua Igreja fosse colocado o Santíssimo Sacramento. Este lugar mais sagrado da Igreja, segundo os relatos dos irmãos, era “propriedade exclusiva do Patriarca S. José”³⁷.

Ao brigarem pela manutenção de sua hegemonia no e sobre o Templo, os confrades de São José acionaram fortes noções de “direitos próprios”. Eles também demonstraram orgulho quanto ao valor simbólico do trabalho feito por seus braços. Tais sensibilidades nos remetem para um senso de altivez muito aguçado, tributário das tradições corporativas³⁸. Lembremos que a Irmandade de São José do Ribamar foi uma confraria embandeirada. Até a outorga da Constituição de 1824, seus irmãos monopolizavam os mercados em que atuavam. Eles também controlavam toda a aprendizagem de seus ofícios e ainda emitiam cartas de exame. Todo este processo passava pela confirmação legal do Juiz da Irmandade. Era ele quem cancelava a examinação. Isto posto, sua autoridade confirmava tanto o que era trabalho bem feito, quanto quem estava habilitado para trabalhar. Nos compromissos que vigoraram até 1824, este mesário era escolhido dentre os mestres mais especializados da Irmandade. Esta eleição, socialmente prestigiada, ocorria anualmente perante a municipalidade³⁹.

Miriam Halpern Pereira explica que esta correspondência mais direta

²⁹ GUERRA, Flávio. *op. cit.* MELLO, José Antônio Gonçalves de (coord.). *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*. COSTA, LEÓN, Fernando Ponce de, *op. cit.*

³⁰ LEÓN, Fernando Ponce de, *op. cit.*, p. 48.

³¹ *Idem*, p. 2.

³² FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 1059.

³³ Originalmente, São José era uma espécie de bairro que ficava na freguesia insular de Santo Antonio. Sua população era eminentemente a mais pobre e a mais escura da ilha. CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*. Recife, Editora Universitária UFPE, p. 62. LACERDA, Artur Gilberto Garcéa de. *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2003.

³⁴ O “defeito mecânico” foi um importante elemento que ajudou a construir a “inferioridade social” do artesão. RIOS, Wilson de Oliveira. *A Lei e o Estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira (Salvador e Vila Rica, 1690-1750)*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2000, pp. 15-19.

³⁵ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

³⁶ *Idem, ibidem*.

³⁷ *Idem, ibidem*.

³⁸ Ao estudar a Londres oitocentista, Prothero afirma que o senso de respeitabilidade dos artífices deriva de sua ocupação especializada, de seu vínculo aos valores da comunidade, de sua capacidade de subsistência e de seus laços familiares. Considerando as análises que foram feitas sobre os pioneiros da associação, compreendemos o zelo da Irmandade com seu Templo. PROTHERO, Iorwerth. *Artisans & Politics in early nineteenth-century London*: John Gast and his times. London: University Paperbacks, 1979.

³⁹ COSTA, Francisco A. Pe-

reira da. Estudo histórico-retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, n. 54, 1900, pp. 33-34. Apesar de os mestres de ofício serem escolhidos perante a municipalidade no Brasil Colônia, existiu uma especificidade frente à Metrópole: os artistas mecânicos de “além-mar” foram excluídos dos cargos de representação política das Câmaras. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Mediação, pureza de sangue e oficiais mecânicos. As Câmaras, as festas e a representação do Império português. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.), *O Trabalho Mestiço*: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume/PPGH/UFGM, 2002, p. 307. A representação política dos artífices nas Câmaras da Metrópole era feita através da Casa dos Vinte e Quatro, dos Mestrais que representavam seus ofícios e do Juiz do Povo. LANGHANS, Franz-Paul, *op. cit.* Para um estudo mais pontual do caso português, ver SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e Sangue*: a Irmandade de São Jorge e a inquisição na Lisboa Moderna. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005.

⁴⁰ PEREIRA, Miriam Halpern. Artesãos, Operários e o Liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840). *Ler História*, n. 14, 1988, p. 46.

⁴¹ *Idem*, pp. 46-48.

⁴² COSTA, Francisco A. Pereira da. Estudo histórico-retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco, pp. 33-34.

⁴³ Comparativamente, na primeira metade do oitocentos, alguns países europeus viveram experiências semelhantes às do Recife. André Gueslin afirma que algumas sociedades operárias de socorro mútuo francesas foram tributárias das antigas irmandades que foram corporações de ofício. GUESLIN, André. *L'Invention de l'Économie Sociale*: idéias, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la France du XIXe siècle. Paris: Economica, 1998, p. 146. Em Espanha, a maioria das sociedades de auxílio mútuo pareciam

entre irmandades e corporações foi algo muito comum no final do Antigo Regime⁴⁰. A autora entende que isto foi possível porque existiu o consórcio de “laços religiosos” e “laços jurídicos” em mesmo lugar social. Estes últimos garantiram aos irmãos que eram artífices o controle monopolista de alguns mercados por meio de concessões régias. Aqueles outros laços uniram “moralmente” os artífices que eram irmãos através da devoção e obediência ao Compromisso⁴¹. Nesta conjuntura, laços religiosos e jurídicos eram complementares e comprometiam profundamente os indivíduos presos em suas teias. Segundo Pereira da Costa, outras duas irmandades recifenses também usufruíram destas prerrogativas. Foram elas as Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, dos sapateiros, e Irmandade de São Elói, Bispo, dos ourives de ouro e prata⁴².

Vivenciar relações diretas e indiretas com autoridades municipais de maneira oficial, definir genericamente o que seria considerado trabalho bem feito, decidir quem poderia trabalhar nos ofícios protegidos, diplomar artífices que comandariam alguns mercados da cidade, taxar preços, entre outros privilégios, eram benesses muito prestigiosas. Elas não puderam ser esquecidas por quem as experimentou de forma intensa. Aqui, nem estou me referindo à Irmandade de São José do Ribamar como instituição. Estou pensando nas próprias experiências dos pioneiros que eram mestres de ofícios e irmãos. Suas idades avançadas testemunham que eles foram contemporâneos da Irmandade quando embandeirada. Todos eles vivenciaram as mudanças impostas pela Constituição outorgada de 1824, mesmo que alguns deles não tenham sido confrades naquele ano. O fim das corporações de ofício ainda estava vivo em suas memórias.

Os antigos costumes confraternais ajudaram os pioneiros na modelagem da associação que pretendiam fundar⁴³. O Compromisso da Irmandade de São José do Ribamar, aprovado em 1838, confirma que as velhas prerrogativas das corporações de ofício ainda eram importantes para os confrades (incluindo neste rol os pioneiros). Este documento foi elaborado pelos irmãos para minimizar suas perdas sociais com o advento da Constituição de 1824. Além disto, eles próprios afirmaram que aquele Compromisso era um esforço para que sua história ficasse “em harmonia com a legislação moderna do Império”⁴⁴. Podemos também entender a elaboração do Compromisso de 1838 como forma de a Irmandade se adequar ao processo de “reorganização e do futuro” que se instaurava em Pernambuco. A palavra de ordem do corpo confraternal era adaptar-se aos novos tempos, porém sempre reafirmando o legado que permitia aos confrades se reconhecerem mutuamente. Os atritos entre perspectivas de “passado” e “futuro” conduziram este diálogo.

Os primeiros elementos que evidenciam tal situação se referem à matrícula dos confrades. Ao ser confirmado pelas autoridades eclesiásticas e civis, o Compromisso de 1838 definiu que somente homens e mulheres livres poderiam fazer parte da Irmandade de São José do Ribamar⁴⁵. Em comparação com os regulamentos anteriores, a matrícula de escravos foi proibida. Os que já fizessem parte do corpo confraternal poderiam permanecer, mas deixariam de exercer quaisquer das atividades sociais da confraria⁴⁶. Apesar desta mudança, também existiram continuidades. Somente os artífices que exercessem um dos quatro ofícios representados pela confraria podiam votar e serem votados para a Mesa Regedora⁴⁷. Este foi um eco dos tempos em que a confraria havia sido corporação de ofí-

cios. Por conta deste antigo costume, os homens e as mulheres de fora da tradição profissional continuavam recebendo tratamento diferenciado. O Compromisso de 1838 os considerou inelegíveis para as funções da Mesa Regedora. Além disto, eles continuaram sem poder de voto nos pleitos que escolhiam os mesários⁴⁸.

Para que algum irmão fosse eleito Juiz da Mesa Regedora, o candidato ainda deveria ser perito em quaisquer das quatro artes representadas na confraria. Ou seja, exigia-se que o postulante ao juizado fosse mestre reconhecidamente examinado em seu ofício⁴⁹. Apesar do fim das corporações de ofício, a função mantinha a mesma aura do tempo em que vigoravam os “laços jurídicos”⁵⁰. Como a função de Juiz da Mesa Regedora também cobrava experiência administrativa e traquejo institucional, outra exigência foi feita. O pretendente ao cargo deveria ter servido ao corpo confraternal como Escrivão, Tesoureiro ou Procurador Geral. O membro da Irmandade que ocupasse esta última função também fazia a vez de Procurador do Patrimônio⁵¹. Finalmente, o candidato ao juizado deveria ser brasileiro⁵². Recordemos que a questão da nacionalidade também foi fundamental para os pioneiros da entidade artística.

A titulação de mestre de ofício e a nacionalidade brasileira também eram pré-requisitos para que outros postulantes preenchessem os postos de Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral. Assim como no caso do juizado, também se exigia dos candidatos alguma experiência anterior na Mesa Regedora⁵³. É importante destacar que Juiz, Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral constituíram a primeira linha de poder nas hierarquias da Irmandade dedicada ao Patriarca São José. Os brasileiros queriam mesmo ocupar lugares de poder. Por esta razão, nenhum irmão poderia ficar nos cargos por mais de dois anos consecutivos. Precauções contra privilégios; para que também houvesse algum equilíbrio na vida administrativa do corpo confraternal, carpinas, pedreiros, marceneiros e tanoeiros deveriam se revezar nas funções: “Por exemplo, no primeiro ano o Juiz será um Carpina, o Escrivão um Pedreiro, o Tesoureiro um Marceneiro, o Procurador Geral um Tanoeiro” e assim sucessivamente⁵⁴.

No segundo escalão da confraria encontramos os Procuradores Parciais e os Definidores. Eles também deveriam ser mestres examinados em seus ofícios. Esta exigência não era algo extraordinário para estes mesários. As funções secundárias requeriam que seus ocupantes já tivessem ocupado um dos quatro cargos maiores da Irmandade de São José do Ribamar. Contudo, diferentemente dos postos eletivos, Procuradores Parciais e Definidores eram nomeados pela Mesa Regedora. Os quatro sufragados do primeiro escalão teriam a prerrogativa de escolher, cada um, três Definidores e um Procurador Parcial. O Compromisso não reza sobre o assunto, mas é muito provável que cada um dos quatro principais mesários indicasse irmãos do mesmo ofício que exerciam. Entre as funções auxiliares, o Zelador era definido diretamente pelo Juiz. Havia também um Sacristão na confraria, mas o membro que fosse ocupar este posto era escolhido coletivamente pela Mesa Regedora⁵⁵.

Duas questões muito interessantes surgem quando o assunto é a necessidade da mestrança para ocupar os primeiro e segundo escalões da Irmandade. A primeira é que podemos confirmar novamente o alto grau de especialização dos pioneiros que chegaram àquelas funções da Mesa Regedora. Recordemos que cinco deles foram mesários quando o Compro-

“uma clara herança das irmandades”. RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, v. 6, n. 10/11, 1999, pp. 20, 25 e 36.

⁴⁴ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 1.

⁴⁵ *Idem*, fl. 1v.

⁴⁶ *Idem*, fl. 2.

⁴⁷ *Idem*, fl. 1v.

⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 3v.

⁵⁰ Na Corte, podemos observar situação semelhante à recifense. Apesar do fim das corporações de ofício, as práticas pedagógico-profissionais continuaram nas mãos dos mestres da capital. Martins, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real, 1808-1824*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, pp. 145, 149 e 150.

⁵¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 3v.

⁵² *Idem, ibidem*.

⁵³ *Idem*, fls. 5-5v.

⁵⁴ *Idem*, fl. 3v.

⁵⁵ *Idem*, fls. 7-7v.

⁵⁶ *Idem*, 9v.

⁵⁷ *Idem*, fls. 9-9v.

⁵⁸ *Idem*, fl. 9v.

⁵⁹ *Idem*, *ibidem*.

⁶⁰ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desenho: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – USP, São Paulo, 2001, p. 32.

⁶¹ MENEZES, José Luiz Mota, *op. cit.*, p. 307.

misso de 1838 vigia. A outra questão é merecedora de maiores cuidados. Até o fim das corporações de ofício, alguns bons oficiais da Irmandade não tiveram a oportunidade de serem examinados. Outros deixaram de ser avaliados porque ainda se encontravam relativamente despreparados. Segundo o Compromisso de 1838, o exame sempre exigiu dos postulantes “o maior aperfeiçoamento possível”⁵⁶. Porém, mais de dez anos haviam se passado desde a outorga da Constituição de 1824. Neste lapso de tempo, o que aconteceu com os oficiais que se tornaram “mestres de fato”?

Por mais que os “laços jurídicos” não existissem na década de 1830, a Irmandade de São José do Ribamar criou estratégias bastante engenhosas para reconhecer os confrades que eram mestres sem diploma. Para que eles conseguissem o título, inicialmente teriam que ser eleitos ou nomeados mesários da Irmandade. Ao Juiz, Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral da Mesa Regedora cabia conceder, conjuntamente, o “título de aprovação e exame a todos os mestres dos quatro ofícios que não sendo examinados servirão nesta Irmandade”⁵⁷. A diplomação, nestes casos, ganhou contornos extraordinários. Exigia-se somente o notório saber do perito. Não havia prova. A hierarquia parece ter servido de fundamento para estas determinações. Seria bastante delicado um mestre de ofício avaliar outro artista mecânico com mesmo nível técnico. Submeter um reconhecido perito, mestre de fato, ao processo de exame, parecia ser algo despropositado e pouco respeitoso.

O diploma de mestre, contudo, não seria dado automaticamente a estes homens de notório saber. A eleição ou nomeação para a Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar era apenas o primeiro passo. Para conseguir o título de aprovação e exame, o mestre sem diploma tinha que cumprir uma longa lista de exigências. Estes pré-requisitos são importantes porque nos ajudam a conhecer, mesmo que indiretamente, um pouco mais o perfil profissional dos pioneiros. Segundo o Compromisso de 1838, o artífice que estivesse naquela situação teria que redigir um requerimento à Irmandade, comprovando efetivamente ser mestre de fato “e que como tal [era] geralmente reconhecido”⁵⁸. Esta publicidade iria além da simples confirmação oral ou escrita. Ela seria fundamentada através de “obras que [o postulante] tenha feito de seu plano”⁵⁹. Além disto, o mestre sem diploma deveria possuir tenda aberta e ter servido em quaisquer funções da confraria.

Dois destes pré-requisitos merecem análise. Em primeiro lugar, fazer “obras de seu plano” significava ter usado a inteligência e a razão na arte mecânica. Desde o século XVIII, a “arte de projetar estruturas”, entendida como “plano” ou desenho, ficou dissociada das rotinas profissionais dos mestres de ofício ligados às edificações. Tal atividade era qualificação dos arquitetos civis e militares porque eles aprendiam geometria prática, aritmética e desenho⁶⁰. Ao fazerem “obras de seu plano”, os mestres da Irmandade brigavam contra essa separação. O trabalho mecânico com inteligência era o fundamento de seu orgulho e altivez, trunfos contra o “estigma mecânico”. O outro pré-requisito era a tenda aberta. Isso significava que o postulante deveria ser patrão, dono de seu próprio negócio⁶¹. Portanto, ele tinha experiência profissional, recursos para manter uma oficina funcionando, reconhecimento da Câmara e gente trabalhando sob suas ordens. A valorização do negócio, frente ao ócio, também ratifica que eles entendiam seu trabalho como forma positiva de identificação social.

Outras determinações do Compromisso de 1838 se fundamentavam nas antigas prerrogativas corporativas. Por mais os mestres da Irmandade tivessem perdido o monopólio de seus mercados e ofícios, os confrades que fossem artistas de menor titulação continuavam sob constante vigilância. O documento confraternal afirma que nenhum oficial poderia tomar “obras de seu plano”, pois a falta de perícia e conhecimento destes profissionais menos qualificados poderia ocasionar obras mal acabadas. Como consequência, a imagem da Irmandade poderia ser denegrida⁶². O oficial, por isto, não poderia ter tenda aberta. Caso mantivesse uma, pagaria multa de 16\$000rs. Contudo, ao profissional de menor perícia era aberta a possibilidade de ascensão em seu ofício. Caso se aperfeiçoasse com o passar do tempo, o oficial poderia pedir progressão à mestrança.

O candidato que pretendesse ser examinado era interrogado por três mestres de seu ofício, nomeados pela Mesa Regedora. Além deles, mais um dos quatro principais mesários da Irmandade comporia a banca, presidindo-a. Caso fosse aprovado por dois dos examinadores, o postulante ao título seria cancelado “simplesmente”. Com o aval dos quatro, “plenamente”. Depois o examinando receberia uma cópia do termo de aprovação à mestrança. Ele serviria “de título de indivíduo examinado”⁶³. Assim, por mais que as corporações de ofício tivessem sido extintas, os confrades mantinham as rotinas costumeiras na Irmandade de São José do Ribamar. Ao expedirem cartas de exame com rigor e circunstância, os irmãos diziam aos recifenses que ainda eram homens habilitados para competir no e pelo mercado de trabalho. Isto porque a tradição do exame atestava a qualidade de sua mão-de-obra e o respeito aos minuciosos critérios da aprendizagem.

Os aprendizes, que estavam na base das hierarquias laborativas, também foram alvo de controle no Compromisso de 1838. Os dispositivos que regulavam a aprendizagem ainda mantinham permanências que extrapolavam os “laços religiosos” da Irmandade de São José do Ribamar. Isto fica evidente na medida em que os aprendizes não eram necessariamente irmãos. Para se tornarem confrades, os neófitos precisavam completar um ano de prática sob a supervisão de algum mestre que fosse membro da Irmandade. Findo o prazo de carência, o patrão era obrigado a matricular o aprendiz na confraria. A omissão dos peritos fazia com que incidisse sobre eles uma multa de 2\$000rs⁶⁴. Além disto, nenhum mestre deveria aceitar aprendizes que estivessem comprometidos com outros peritos. As multas para os infratores seriam de 16\$000rs. Em caso de reincidência, 32\$000rs. As relações de compromisso no mundo do trabalho evidenciam que as marcas corporativas eram fundamentais para aqueles homens. As trocas de patrão somente ocorreriam em casos de impedimento do mestre ou de castigos excessivos⁶⁵.

Note-se que tais castigos eram imputados a homens livres, já que o Compromisso de 1838 proibia a entrada de escravos na Irmandade de São José do Ribamar. Ainda sobre esta interdição, é pertinente que a discutamos com mais vagar. Quais teriam sido seus principais motivos e sentidos? Ao alijarem o cativo do Livro de Matrículas de sua entidade leiga, os confrades mais graduados sinalizavam aos pernambucanos o desejo de serem bem classificados socialmente. A exclusão de homens e mulheres escravizados do corpo confraternal foi utilizada estrategicamente pelos mestres de ofício. Com esta deliberação, os peritos nas artes mecânicas pretendiam confirmar, por contraste, suas próprias qualificações. Como muitos deles

⁶² Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 12.

⁶³ *Idem*, fls. 10-10v.

⁶⁴ *Idem*, fls. 11v-12.

⁶⁵ *Idem*, *ibidem*.

⁶⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de, *op. cit.*, p. 193.

⁶⁷ *Idem, ibidem.*

⁶⁸ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2002, p.27. GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 114-115.

⁶⁹ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

⁷⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2005, p. 35.

⁷¹ Apesar de poucos confiáveis, existem dados estatísticos referentes ao ano de 1828. Eles indicam que a população escrava do Recife chegava ao montante de 30,4% da população total da cidade. MAC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antônio*, p. 29.

⁷² Até a década de 1840, com a melhoria de estradas e do porto, ocorreu o loteamento de áreas contíguas ao núcleo original do Recife. Por isto, “se formaram bairros bem cuidados onde proliferaram os sítios e as ‘casas de refrigério’ (em Apipucos, Monteiro e Madalena) ao longo do Capibaribe, nos quais a elite proprietária passava os meses de fim de ano”. MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 219.

⁷³ O recrutamento militar era um “tributo de sangue” cobrado aos desempregados e imposto aos sentenciados. BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham/NC: Duke University Press, 2001.

⁷⁴ COSTA, Edlúcia da Silva. *As Agruras e Aventuras dos Recrutados no Recife*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2002, p. 84.

⁷⁵ MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso*, pp. 282-283.

queriam “harmonizar” a confraria devotada ao Santo Patriarca com a Constituição de 1824, seria muito ruim ter sua imagem vinculada àqueles indivíduos sem uma conveniente personalidade jurídica. Afinal, o escravo não era cidadão. Conquistar o direito constitucional de ser reconhecido por seus talentos e virtudes seria uma boa forma de compensar a perda de privilégios corporativos.

Na luta pela conquista da cidadania, os confrades tiveram muitos motivos para dissociarem sua imagem do escravo. Dois deles merecem destaque. O primeiro está relacionado aos inúmeros turbilhões políticos e sociais que o Recife conheceu na primeira metade do oitocentos. Este período ficou conhecido pela historiografia regional como *Ciclo de Insurreições do Nordeste*. Segundo Marcus Carvalho, nesta conjuntura de fortes tensões cotidianas, “os escravos participaram das manifestações ocorridas entre 1823 e 1849 saqueando lojas, roubando gente, gritando e cantando pelas ruas e promovendo todo tipo de algazarra”⁶⁶. Suas ações cotidianas deixaram “claro que a haitianização do país não era impossível de ocorrer”⁶⁷. Os anos de 1830, especialmente, foram marcados pelo grande temor quando às rebeliões de escravos por quase todo país⁶⁸. Ocorrida em 1835 na cidade do Salvador, a revolta dos malês foi vital para que este clima de medo se acirrasse⁶⁹.

O outro motivo para aquela desvinculação surgiu do discurso que paulatinamente atribuía ao trabalho dos cativos baixa qualidade técnica e “moral”. Bom exemplo desta postura pode ser encontrada na série de artigos publicados no *Diário Novo*, em 1845. O jornal alegava que os serviços prestados por escravos eram mal feitos porque eles trabalhavam “sem inteligência” e com “má vontade”⁷⁰. Por conta deste discurso, a mão-de-obra cativa era taxada por alguns seguimentos sociais como “indisciplinada” e “incapaz”. No Recife, esta perspectiva ganhava força desde a década de 1830, dialogando com o processo de “melhoramentos materiais” e com o aumento da mão-de-obra livre⁷¹. Neste sentido, a própria arregimentação de artífices europeus, em 1839, será entendida como uma tentativa contumaz de “moralização” do trabalho e de “civilização” do trabalhador nacional. Para conseguir serviços nesta conjuntura, o pernambucano livre precisava que sua imagem pública fosse necessariamente vinculada a este projeto.

Ao eliminar o cativo de sua vida social, a Irmandade de São José do Ribamar deu um contundente recado aos recifenses. O Compromisso de 1838 queria atestar à sociedade pernambucana que seus irmãos constituíam uma mão-de-obra qualificada, ordeira, apta e cidadã. Esta estratégia tinha dois desdobramentos imediatos. Ao serem reconhecidos como trabalhadores “moralizados”, os confrades poderiam conseguir novos serviços. A conjuntura favoreceria esta estratégia. Os “melhoramentos materiais” promovidos pelo Barão da Boa Vista permitiram o surgimento de muitas obras feitas por particulares. Como as empreitadas públicas foram em direção dos arredores do Recife, muitas residências de recreio foram construídas por lá⁷³. O outro desdobramento vem da própria regularidade das obras. O trabalho morigerado e constante permitia que os artífices não fossem considerados “vadios”, o que também os livrava do malfadado recrutamento militar⁷⁴. No Recife da primeira metade do oitocentos, havia a associação direta entre “vadio” e soldado. Muitos recrutados que residiam na cidade requereram a liberação do serviço militar atestando suas idoneidade, honestidade, dedicação ao trabalho e à família⁷⁵.

Parece evidente que o Compromisso de 1838 pretendeu posicionar os irmãos ao lado da ideologia do “progresso”. Apesar de todos os seus esforços, eles estavam em uma encruzilhada social. Desde que o Barão da Boa Vista iniciara sua gestão com a política de “reorganização e do futuro”, a categoria “atraso” vinha sendo paulatinamente associada aos privilégios artísticos e seus restritivos processos de aprendizagem. Muitos políticos queriam o ensino profissional fora das oficinas, tendas e canteiros. Para eles, a totalidade dos braços ociosos e despreparados precisavam ser “moralizados”⁷⁶. Recordemos que a Companhia de Operários também foi arregimentada para ensinar ofícios aos recifenses. Isto posto, como as sobrevivências do “arcaísmo” corporativo da Irmandade de São José do Ribamar poderia conviver com projetos mais “democratizadores” da instrução artística? O ensino das artes mecânicas ao público mais amplo representaria a “proletarização” dos ofícios mecânicos e o golpe final sobre a prerrogativa dos mestres.

O dilema entre os sentidos de “progresso” e “atraso” foi a pedra de toque que os pioneiros da associação dos artífices tiveram que lapidar no final dos anos de 1830. O que fazer para proteger o costume sem parecer que queriam reforçar o “atraso” corporativo? Por mais que os dez carpinas concordassem com o elitismo das corporações, eles tiveram que aprofundar ainda mais a ruptura formal com suas tradições confraternais. Talvez esta fosse a melhor estratégia para tentarem conquistar novos espaços sociais na nova conjuntura. A Irmandade parecia ter chegado ao limite de todas as suas possibilidades de reforma. Para que aqueles homens conquistassem os direitos que acreditavam merecer, eles passaram pelo menos quatro anos resignificando sua memória e elaborando formas organizativas que fossem além das que conheciam.

O processo de gestação da entidade artística foi complexo e dialogou (in)tensamente com os mais diversos referenciais políticos e culturais. Entre eles, o fim das corporações de ofício, as controvérsias sobre a mão-de-obra estrangeira, a pertinência do trabalho escravo e a “proletarização” dos trabalhadores livres. A partir das proposições de Mike Savage, diríamos que a ação dos pioneiros foi motivada por uma forma de “insegurança estrutural”. Para o autor, este conceito representaria certo sentimento de impotência dos trabalhadores. Ele seria fruto da perda de seus meios de subsistência com o “desenvolvimento” do capitalismo. Como resposta às crises sociais, as “classes laboriosas” teceriam algumas redes comunitárias e criariam novas identidades coletivas⁷⁷. Resguardadas todas as especificidades conjunturais vividas pelos pioneiros que elaboravam a associação, é possível utilizar aquela categoria para caracterizar o processo de formação da entidade artística recifense. Ao mesmo tempo, também entendo que a paulatina formação do grupo de mestres de ofício possa ser entendida como um ato de esperança. Com ele, os dez carpinas buscavam manter sua autonomia e um relativo controle sobre seus próprios destinos. As crises também oferecem aos sujeitos históricos algumas possibilidades de superação e busca de novas perspectivas sociais.

O *Discurso sobre as Sociedades Científicas e de Beneficência que tem sido estabelecidas na América*, publicado pela Sociedade Literária do Rio de Janeiro em 1836, pode ser o ponto-de-partida para compreendermos por que os pioneiros apostaram no aprendizado de uma nova experiência organizacional. Este texto havia sido recitado na sede da entidade carioca pelo sócio

⁷⁶ SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M. et al (orgs.). *Culturas de Classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

⁷⁷ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, Coleção de Livretos Raros, volume 141, MAIA, Emilio Joaquim da Silva. *Discurso sobre as Sociedades Científicas e de Beneficência que tem sido estabelecida na América*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Brito, 1836.

⁷⁸ *Idem*, p. 7.

⁷⁹ HAVELOCK, Eric A. *A Revolução da Escrita na Grécia e suas Conseqüências Culturais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/ Editora da Unesp, 1996.

⁸⁰ FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 2002, pp. 62-63. Grifos do autor.

⁸¹ Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Recife, Setor de Folhetos Raros, volume 141, MAIA, Emilio Joaquim da Silva, *op. cit.*, p. 37.

⁸² A circulação de idéias entre as elites letradas e proprietárias brasileiras foi uma das razões da unidade do Império. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.

⁸³ ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 13.

⁸⁴ *Idem*, *ibidem*.

⁸⁵ PINTO, Estevão. *A Associação Comercial de Pernambuco*. Recife: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940, pp. 8-9.

Emilio Joaquim da Silva Maia, Doutor em Medicina pela Escola de Paris e Bacharel formado em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra. Sua palestra foi publicada ainda naquele mesmo ano⁷⁸. Segundo o autor do ensaio que também circulou no Recife, as associações compostas por homens de notório saber e responsabilidade pública deveriam ser caracterizadas como instrumentos eminentemente pedagógicos⁷⁹. A matriz ilustrada desta concepção é nítida nas proposições do Médico e Bacharel. Podemos identificá-la facilmente a partir de dois vetores analíticos.

O primeiro deles surge quando os consórcios de “inteligências” são entendidos como uma forma de comunidade literária e científica. Ao observarmos algumas considerações de Eric Havelock sobre o setecentos, compreendemos a relação direta entre alfabeto, escrita e imprensa com a os pressupostos da “História Universal”, da “Civilização” e do tempo progressivo, teleológico. Estes cruzamentos teriam sido fundamentais para a instituição de uma comunidade intelectual mais homogênea no Ocidente⁸⁰. O outro vetor se evidencia no texto de Francisco Falcon. No processo de difusão do saber ilustrado, existiu a pretensão de se diminuir as desigualdades entre “os espíritos bem-pensantes, moralmente bem-formados e socialmente bem-educados, da plebe ignorante, supersticiosa, inclinada aos maus costumes e mal-educada”⁸¹. Nesta perspectiva, as associações colaborariam tanto com a condução de homens menos afortunados nos caminhos da Razão, quanto com o desvelamento do “sentido” da História em sua marcha teleológica para o aperfeiçoamento humano.

Não por acaso, Emilio Joaquim da Silva Maia entendia que a Europa era o grande modelo civilizatório a ser alcançado pelas emergentes nações americanas. O fortalecimento do “espírito associativo” era fundamental para o Novo Mundo “progredir” naquela direção. Conseguir ocupar espaços privilegiados no concerto das nações requeria o cultivo das ciências e das letras. Segundo o *Discurso*, confirmando o “espírito do tempo”, o Brasil começava a despertar para esta exigência civilizatória, pois o país dava passos mais efetivos e consistentes em direção ao amadurecimento do “espírito associativo”. O autor concluía seu pensamento dizendo que “a nossa progressiva marcha na carreira da civilização” poderia ser confirmada com a fundação de importantes grupos, criados pelas elites letradas e proprietárias após 1822⁸². Entre eles, citou a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, a Sociedade de Medicina da Corte, de 1830, e a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, de 1832.

Os princípios pedagógicos do *Discurso* eram familiares para alguns setores dominantes da sociedade pernambucana. A política de “reorganização e do futuro” iniciada pelo Barão da Boa Vista confirma esta perspectiva⁸³. Segundo Raimundo Arrais, o projeto “modernizador” do Presidente de Pernambuco era por si só um discurso civilizatório. A própria cidade do Recife, em materialidade, foi utilizada como meio para promover a “instrução e ensinamento dos novos costumes de civilidade, de ordem pública, de salubridade”⁸⁴. Através da construção de avenidas, teatros, prédios públicos e áreas de recreio, “administradores, médicos, padres, educadores e historiadores encarregaram a cidade de transmitir suas mensagens”⁸⁵.

A atenção dispensada ao “espírito associativo”, agora reelaborado a partir de “valores modernos”, também sensibilizou a “boa sociedade” pernambucana. Duas das mais representativas entidades da Província foram criadas em 1839 e 1841. A Associação Comercial de Pernambuco foi

instalada oficialmente no dia 1º de agosto de 1839, e iniciou suas atividades preocupada com os serviços relacionados ao porto do Recife. A agilidade na circulação de mercadorias era símbolo liberal de “progresso”. Seus fundadores acreditavam que a região somente poderia “avançar” com um porto à altura dos “novos tempos”⁸⁶. A outra entidade foi a Sociedade de Medicina. Nela, “os higienistas pernambucanos dirigiram seus esforços para conhecer os problemas de salubridade do Recife, e o primeiro passo que deram nessa direção consistiu em estabelecer a ‘constituição médica’ da cidade”⁸⁷. Como podemos concluir, o escopo destas associações foi constituído no bojo das preocupações da política de “reorganização e do futuro”.

A política do Barão da Boa Vista também atraiu para Pernambuco muitos outros agentes do “progresso” e diversas concepções “avançadas” sobre o “futuro”. Devemos sublinhar que o Recife era uma cidade que se pretendia cosmopolita com as reformas urbanas da década de 1830. Os desejos de “modernização” do porto e o projeto da “constituição médica” queriam fazer do município um lugar aprazível aos capitais e empreendedores estrangeiros. Por conta destas preocupações, aquela década registrou a chegada de muitos franceses e ingleses a Pernambuco. Eles estavam dispostos a se dedicar aos mais variados ramos de negócios⁸⁸. Apesar de pertencerem à outra classe social e profissional, os artífices alemães também aportaram no Recife na mesma conjuntura. Cada um destes imigrantes trouxe consigo experiências de vida e diferentes perspectivas sociais. Novas idéias foram “apresentadas” à população local naqueles anos e, provavelmente, colaboraram com a montagem da associação artística pelos pioneiros.

Alguns artífices e engenheiros estrangeiros que labutaram na Repartição de Obras Públicas fizeram circular concepções do “primeiro socialismo” no Recife⁸⁸. É o caso dos artistas mecânicos alemães, que chegaram à cidade em 1839. O pesquisador Alvin W. Goldner afirma que, desde a década de 1830, o mercado alemão se fechava à tradição corporativa por causa da expansão do capitalismo. Por conta do processo de proletarização da mão-de-obra, muitos bons artífices eram preteridos em diversas empreitadas, pois sua remuneração era considerada alta demais. Sem aceitarem passivamente esta pressão dos empreiteiros, os artífices alemães criaram diálogos mais intensos com alguns intelectuais, como professores, advogados, médicos e jornalistas. A partir destas trocas de idéias, a Alemanha passou a contar com o que o autor chamou de “proletariado intelectualizado”. Na própria década de 1830, este grupo teria iniciado a montagem de associações para reunir e auxiliar seus pares. Para tanto, eles coordenaram o legado corporativo com princípios cooperativos do “primeiro socialismo”⁸⁹.

As fontes indicam que o arregimentador do Barão da Boa Vista esteve atento à crise corporativa alemã dos anos de 1830. Em correspondência com Presidente da Província, ele afirmava que muitos pedreiros e carpinteiros estavam desesperados com suas dívidas, diante da falta de serviços na estação fria. Aproveitando a oportunidade encontrada em Hamburgo, Luiz de Carvalho Paes de Andrade contratou bons mestres e oficiais fazendo alguns adiantamentos para que pudessem honrar seus compromissos⁹⁰. As conjunturas eram tão favoráveis às pretensões do arregimentador que ele chegou a dispensar dos contratos alguns “indivíduos de culto israelita”⁹¹. Ele relatava ao Barão da Boa Vista que fez isto não somente pela diferença de culto, mas também porque os judeus tinham muitos dias santificados.

⁸⁶ ARRAIS, Raimundo, *op. cit.*, p. 364.

⁸⁷ *Idem*, p. 179.

⁸⁸ A categoria “primeiro socialismo” abrange cooperativismo, associativismo, republicanismo, democracia e doutrina cristã. Entretanto, apesar de imprecisa, a categoria “primeiro socialismo” não carrega em si perspectivas teleológicas suscitadas pela congênera “socialismo utópico”. GALLO, Ivone Cecília D’Avila Gallo. *A Aurora do Socialismo: fourrierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2002.

⁸⁹ GOULDNER, Alvin W. *Artisans and Intellectuals in the German Revolution of 1848. Theory and Society*, v. 12, n. 4, 1983, pp. 521-532. Sublinhamos que a cooperação entre artífices, na primeira metade do oitocentos, foi um fenômeno de dimensões mais amplas. Na Inglaterra, os anos entre 1830 e 1850 presenciaram o crescimento das filiações dos mais diversos atores sociais em grupos de *self-help*. HOPKINS, Eric. *Working-Class Self-Help in Nineteenth-Century England*. London: UCL Press, 1995, pp. 27, 33-35. Nos EUA, o período de 1840 a 1860 viu florescer organizações conjuntas de mestres e oficiais. Elas teriam sido inspiradas por ideais cooperativos de Fourier. COMMONS, John R. et al, *History of Labour in the United States*. V. 1. New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1966, pp. 491-506. Em França, o fenômeno associativo de cooperação também aglutinou tradições corporativas e mutualismo. GUESLIN, André, *op. cit.* DESROCHE, Henri. *Solidarités Ouvrières: sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900)*. tome 1, Paris: Les Editions Ouvrières, 1981.

⁹⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II, Códice DII-15, fl. 4v.

⁹¹ *Idem*, fl. 5.

⁹² *Idem, ibidem.*

⁹³ *Idem, ibidem.*

⁹⁴ AULLER, Guilherme, *op. cit.*, pp. 77-78.

⁹⁵ FREYRE, Gilberto. *Um Engenheiro Francês no Brasil*, p. 147.

⁹⁶ GONÇALVES, Adelaide. As Comunidades Utópicas e os primórdios do Socialismo no Brasil. *E-topia: Revista Eletrônica de Estudos sobre a Utopia*, n. 2, 2004. Disponível em <<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>. Acesso em 05 maio 2007.

⁹⁷ GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *op. cit.*, p. 112.

⁹⁸ Na Bahia, em 1832, foi instalada a Sociedade dos Artífices, que queria promover auxílio mútuo e aperfeiçoamento profissional entre seus sócios. COSTA E SILVA, Maria Conceição Barbosa da. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998, p. 35. Em 1835, a Corte conheceu a Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e suas Famílias. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Setor de Obras Raras, *Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Officios e Beneficente dos Socios e Suas Famílias sancionados em 9 de agosto de 1835*. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito & Companhia, 1835, p. 3-5.

⁹⁹ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*, volume X, p. 249.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem.* Observe-se que no período de montagem da associação, Isidoro Santa Clara residia na rua do Padre.

Por isto, “mal poderiam ser obrigados a trabalhar”⁹².

A documentação ainda aponta que alguns alemães contratados falavam bem a língua portuguesa. O arregimentador do Barão da Boa Vista chegou a informar ao Presidente da Província que os lusófilos haviam tido alguma experiência pregressa no Império e diziam gostar do Brasil. Além de servirem como intérpretes, eles ainda foram utilizados para encorajar aqueles que se sentiram inseguros para fazer a travessia atlântica⁹³. Ao chegarem a Pernambuco, estes homens também facilitaram a comunicação mais imediata entre artífices germânicos e recifenses. Lembremos que, além da realização de obras, a Companhia de Operários deveria treinar a mão-de-obra local. O Artigo 8º do contrato obrigava-a a aceitar brasileiros como aprendizes e os “mapas diários” de atividades confirmam que este dispositivo foi relativamente respeitado⁹⁴. Sendo assim, a troca de idéias, ideais e experiências entre os trabalhadores foi uma realidade nos canteiros de obras.

Entre os franceses que ajudaram a circular novas idéias em Pernambuco, merece destaque Vauthier. Ex-aluno da Escola Politécnica de Paris, o engenheiro chegou ao Recife em 1840. Ele havia sido contratado pelo Barão da Boa Vista para continuar a coordenação dos “melhoramentos materiais” da Província. Além de dirigir obras públicas, Vauthier foi reconhecido divulgador das idéias do “primeiro socialismo”. Autores como Saint-Simon e Owen estiveram entre suas principais leituras⁹⁵. Fourier também foi outro autor que o influenciou. O engenheiro francês defendeu a “regeneração” da Província através da “moralização” daqueles que estavam na base da pirâmide social. Seu projeto foi ao encontro das demandas políticas da “boa sociedade”. Até 1846, quando retornou à França, Vauthier escreveu em jornais recifenses, apresentou publicações de seu país aos intelectuais da cidade e noticiou aos seus patrícios os “progressos” pernambucanos⁹⁶. Ele também se inteirou das experiências do Falanstério do Saí, em Santa Catarina. Segundo Ivone Gallo, as conquistas do fourierista dissidente Jules Benoit Mure causaram certo despeito em Vauthier⁹⁷.

Como pudemos observar, várias idéias sobre “modernização” e “futuro” circulavam no Recife entre os anos de 1836 e 1841. Em meio a este ambiente, a criação de uma Sociedade poderia fazer com que os pioneiros cerrassem filas entre os “civilizados” e “reorganizados para o futuro”. Por conta de seu legado e da sintonia com as novas idéias de “progresso”, os pioneiros queriam desvincular suas imagens daqueles que eram considerados “incivilizados” (escravos e homens livres desqualificados, por exemplo). Os próprios pressupostos do *Discurso* nos ajudam a fundamentar esta afirmativa. Segundo o livreto, as Sociedades pressupunham a reunião de “inteligências” e o amor ao “progresso”. Reunidos sob estes pressupostos, a “boa sociedade” teria alguma dificuldade para imputar aos dez carpinas o estigma do “defeito mecânico”. Se conseguissem ser reconhecidos por seus sentimentos “superiores”, as chances de serem identificados como “ignorantes” ou “passadistas” diminuiriam sensivelmente.

A partir do (in)tenso diálogo entre costumes comuns, experiências pregressas, temores, esperanças, novas idéias e expectativas quanto ao “futuro”, a associação artística recifense foi oficializada aos 21 de outubro de 1841. A época de sua fundação é emblemática porque a entidade foi contemporânea de diversas iniciativas similares tanto no exterior, quanto no Brasil⁹⁸. Pereira da Costa diz que seu primeiro nome foi Sociedade

Auxiliadora da Indústria em Pernambuco. Contudo, este nome teria tido curtíssima duração⁹⁹. Se esta informação do memorialista pernambucano é procedente, percebemos que a entidade recifense fez uma referência direta à fidalga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Este é um dado que confirma mais uma vez a atenção dos pioneiros aos acontecimentos do Império e seu desejo por reconhecimento social. A primeira sede foi instalada na residência de Isidoro Santa Clara, localizada à rua do Caldeireiro, número 24¹⁰⁰. Além dos dez pioneiros, mais sete membros surgiram matriculados no dia da fundação¹⁰¹.

Quadro 2. Os outros sete sócios em 1841

Nome	Idade	Prof.	Qualidade	Estado	Natural.	Moradia
Amaro Pereira da Cruz	40	Pedreiro	Pardo	Casado	Pernambuco	R. da Trempe
Crispim dos Santos Ferreira	41	Pedreiro	Preto	Viúvo	Pernambuco	Capunga
Francisco Xavier de Lima	48	Pedreiro	Preto	Casado	Pernambuco	Capunga
Ignácio Pereira Rosa	47	Carpina	Pardo	Viúvo	Pernambuco	Largo da Ribeira
José Nazário dos Anjos	49	Carpina	Pardo	Solteiro	Pernambuco	R. das Cruzes
Joaquim Pedro Fernando Macário	46	Carpina	Pardo	Casado	Pernambuco	R. do Fogo
Manoel de Holanda Lobo	51	Carpina	Pardo	Casado	Pernambuco	—

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4, 20, 21, 44, 45, 68, 69, 76, 77, 92 e 93. COSTA, Francisco A. Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 6-7.

De forma geral, estes novos sócios têm o mesmo perfil dos pioneiros. A documentação também permitiu que identificássemos mais quatro sócios entre os confrades da Irmandade de São José do Ribamar. Amaro Pereira da Cruz foi assentado como irmão no ano de 1822¹⁰². Em 1831 ocupou o lugar de Procurador¹⁰³ e em 1855 foi o segundo mais votado para Tesoureiro¹⁰⁴. Neste mesmo ano foi nomeado para assumir a Oficina de Pedreiro da Irmandade junto com mais dois confrades¹⁰⁵. Este foi um espaço que orçava e fiscalizava serviços executados pelos irmãos. Crispim dos Santos Ferreira foi Tesoureiro em 1837¹⁰⁶ e Juiz em 1851¹⁰⁷. Joaquim Pedro Fernando Macário foi Definidor no anos de 1850, 1856 e 1857¹⁰⁸. Finalmente, Manoel de Holanda Lobo se tornou confrade em 1829¹⁰⁹. Em 1845 exerceu o cargo de Escrivão¹¹⁰. Na década de 1860, ainda podemos encontrá-lo concorrendo a esta mesma função e à de Juiz¹¹¹. Tendo em vista o Compromisso de 1838, podemos afirmar com segurança que todos estes trabalhadores eram mestres em seus ofícios.

Duas pequenas diferenças em relação aos primórdios da associação merecem destaque. Uma é o fato de José Nazário dos Anjos ser referido

¹⁰¹ *Idem*, p. 250.

¹⁰² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 125v.

¹⁰³ *Idem, ibidem*. A fonte não define se Procurador Geral ou Parcial.

¹⁰⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1854-1855, fls. 8-8v.

¹⁰⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 3v.

¹⁰⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Recibos, 1786-1854.

¹⁰⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algebeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1851*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1850, pp. 178-179.

¹⁰⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maços 1850 e 1857.

¹⁰⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 12.

¹¹⁰ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

¹¹¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 35v, 36 e 41.

¹¹² COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*, volume X, p. 250.

¹¹³ LANGHANS, Franz-Paul. *op. cit.*, pp. LIII-LVIII.

¹¹⁴ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 7. *Revista do Lyceu de Artes e Offícios*, p. 5. COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*, volume X, p. 249.

¹¹⁵ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 51.

como homem solteiro – característica então rejeitada. A outra é a presença de três pedreiros na entidade – fato possível porque o Estatuto de 1841 havia permitido a entrada destes profissionais na associação, além dos carpinas¹¹². Trazê-los para seu quadro social, do meu ponto de vista, teve duas motivações centrais. A primeira delas foi o costumeiro convívio entre carpinas e pedreiros na Irmandade de São José do Ribamar. Como esta confraria havia sido embandeirada, uma de suas maiores características foi aglutinar alguns ofícios que se complementavam no mercado¹¹³. Deriva daí justamente o segundo motivo. A presença de pedreiros na Sociedade foi ao encontro das necessidades profissionais dos carpinas. O ramo das construções, altamente cooperativo, sempre precisou extrapolar os limites de uma arte específica. Pequenos serviços ou grandes construções, de acordo com suas complexidade e dimensões, poderiam necessitar de pedreiros, carpinas, pintores, canteiros, ferreiros etc.

Da mesma forma que existiam diversos pontos de convergência entre as funções de carpinas e pedreiros, muitos outros imbricamentos também existiram entre Sociedade e Irmandade. Os cruzamentos entre as entidades foram tantos que, em junho de 1842, parte das atividades da associação foi transferida para o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar¹¹⁴. A coexistência entre as instituições é importante elemento de análise. Segundo Cláudio Batalha, há uma tendência em afirmar que as corporações de ofício e as irmandades foram paulatinamente “substituídas” pelas associações de auxílio-mútuo¹¹⁵. Não é o que observamos no Recife. Parece evidente que a montagem da Sociedade foi uma alternativa à Irmandade, mas isso não implicou sua substituição nem sua exclusão. Os sócios que eram confrades continuaram sendo irmãos de São José. As consonâncias ideológicas entre as organizações permitem que as entendamos como espaços co-operativos, que se complementavam nas estratégias de conquista e/ou manutenção de direitos para os artífices.

Sublinho também a existência de diferenças fundamentais entre Sociedade e Irmandade. Afinal, ambas as entidades eram autônomas e se apropriaram de modo diverso dos temas caros ao “progresso”. A comparação entre as rotinas organizacionais e pré-requisitos de admissão revela que a Sociedade fez quatro rupturas muito significativas com os antigos costumes. Em primeiro lugar, a prestigiosa função de Juiz foi excluída do Estatuto de 1841. O termo e sua semântica remeteriam diretamente às antigas corporações de ofício e talvez não fosse conveniente para as pretensões “modernizadoras” manter signos do “atraso” na entidade. Em seu lugar, foi criado o cargo de Diretor, que era assessorado pelos Vice-Diretor, Primeiro Secretário e Segundo Secretário. Estes postos deliberativos davam um caráter laico à associação, além de maior autonomia identitária em relação à Irmandade.

Além disto, quando o Estatuto de 1841 definiu que somente carpinas e pedreiros seriam sócios, ele descartou prontamente a matrícula de tanoeiros e marceneiros. Este também foi outro forte golpe contra o que poderia ser considerado um “atraso” corporativo. Como observamos no Compromisso de 1838, a Irmandade dedicada ao Patriarca São José ainda aglutinava os quatro ofícios fundadores em função das antigas Bandeiras. Mas é preciso considerar que tanoeiros e marceneiros eram duas especialidades profissionais dissociadas dos canteiros de obras. Os marceneiros da Irmandade estavam mais ligados à produção de móveis, enquanto que

os tanoeiros faziam barris. Excluindo estes artistas, a associação ganhava uma identidade mais voltada para uma “classe” específica – aquela que lidava com as edificações.

O veto à entrada das mulheres na Sociedade foi algo muito significativo e também merece menção. Por razões de identidade profissional, somente os artistas mecânicos livres poderiam se associar. Em contrapartida, ainda que as artes de carpinteiro, tanoeiro, pedreiro e marceneiro fossem atividades eminentemente masculinas, encontramos algumas irmãs e devotas na Irmandade de São José do Ribamar. Embora elas não usufruíssem de alguns benefícios confraternais, sua presença foi sentida no Templo dedicado ao Santo Patriarca. Portanto, sua exclusão da nova entidade artística foi além das características masculinas dos canteiros de obras. Como afirma Michelle Perrot, no oitocentos havia muitas justificativas que fizeram da “mulher” um ser “dissonante em relação ao discurso do progresso”¹¹⁶. Sendo assim, incluí-las na entidade iria de encontro a todo reconhecimento social que os sócios desejavam conquistar¹¹⁷.

Finalmente, a exclusão dos estrangeiros constituía outro elemento de rupturas entre Sociedade e Irmandade. Resumidamente, recordemos como ambas as instituições entendiam esta presença em seus quadros. O Compromisso de 1838 permitiu que artífices de outras nações fizessem parte da vida social da confraria, ratificando uma tendência mais antiga. O marceneiro francês Julião Beranger, por exemplo, foi irmão muito antes da chancela daquele regimento confraternal. A especificidade da década de 1830, na Irmandade de São José do Ribamar, foi a hegemonia do elemento nacional nas principais funções deliberativas de sua Mesa Regedora. Comparativamente, a Sociedade foi ainda mais além em seu Estatuto de 1841. Motivada pela competição por trabalho (gerada pelos “melhoramentos materiais”), ela criou uma ruptura mais radical em relação aos trabalhadores estrangeiros, excluindo-os definitivamente de suas fileiras.



Artigo recebido em junho de 2009. Aprovado em agosto de 2009.

¹¹⁶ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 208.

¹¹⁷ A Sociedade foi apenas mais um dos atores sociais que diminuiu o “papel social” das mulheres em Pernambuco oitocentista. Nos “mundos do trabalho” recifense, as pretas vendeiras e criadas eram consideradas mulheres “sem honra” e “sem moralidade”. Contudo, ao contrário do julgamento da sociedade pernambucana, Maciel da Silva percebeu que existiram fortes padrões de confiança, fidelidade e competência na execução de seus serviços. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de Honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2004.